AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Relatório e Contas de 2012

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Relatório de Gestão 1

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2012

I. Enquadramento geral da actividade de cobrança desenvolvida em 2012

O ano de 2012 voltou a confirmar a necessidade imperiosa e urgente de alterar a Lei que regula a cobrança e gestão da remuneração devida pela Cópia Privada de obras, prevista pela alínea b) do artigo 81.º e pelo artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, e regulamentada pela Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro, na redacção da Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto.

A necessidade de revisão sente-se não só ao nível do alargamento do elenco de suportes abrangidos pela remuneração, mas também quanto às regras de cobrança e sobretudo à criação de condições para a fiscalização efectiva do cumprimento da Lei.

No que respeita ao Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual, manteve-se a tendência de um decréscimo significativo nos valores declarados e posteriormente facturados pela AGECOP, que se tem verificado desde 2004, conforme resulta dos quadros 1, 2 e 3 constantes do **anexo 1**.

Analisando as cobranças efectuadas ao longo do ano de 2012, são de destacar os seguintes dados:

- € 1.235.397,89 de facturação total – este valor inclui a facturação do Departamento de Reprografia, no valor de € 27.332,71 e do Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual, na quantia de € 1.208.065,18 relativa à cobrança das

remunerações incidentes sobre as vendas de equipamentos e suportes sujeitos a remuneração, fundamentalmente referentes aos anos de 2011 e 2012, excluindo apenas o último trimestre do ano civil a que se reporta o presente relatório, cuja declaração apenas será efectuada em 2013. De notar que se verificou um decréscimo de € 453.565,66 relativamente a 2011, que indicavam uma facturação de € 1.688.963,55. Assim, a facturação deste ano foi de 26,85% inferior à do ano passado, não obstante o valor das cobranças corresponde a 95,03% da facturação orçamentada (€ 1.300.000,00).

➢ Quanto aos recebimentos efectivos, independentemente do trimestre a que respeitam, totalizam o valor de € 1.217.082,07, sendo € 37.337,87 da Reprografia e € 1.179.744,20 da Cópia Sonora e Audiovisual. Em 2011 as cobranças totais ascenderam a € 2.321.403,09, sendo portanto o valor de 2012 de 47,57% inferior ao do ano anterior.

Os valores cobrados no ano de 2012 encontram-se melhor detalhados, por mês, no anexo 3. O ratio de cobrança face aos valores declarados situa-se nos 96,74%, indo ao encontro das melhores expectativas da Direcção (Apresentam-se de seguida os anexos 2 e 3 ao presente relatório).

Dos quadros do anexo 1 resulta a confirmação da tendência de uma enorme diminuição dos suportes declarados, sendo 16.762.289 em 2011 e 13.043.698 em 2012.

Os aparelhos e suportes actualmente incluídos no âmbito da remuneração pela cópia privada já estão claramente ultrapassados em termos de vendas pelos novos

dispositivos de armazenamento que permitem reproduzir conteúdos protegidos e que actualmente não são objecto de remuneração.

Referimo-nos aos leitores de MP3 e MP4, aos telemóveis, cartões de memória, discos (internos e externos, que incluem os designados discos multimédia, com uma capacidade média de 500 GB), blu-ray, pen-drives, boxes digitais, entre outros dispositivos de armazenamento, com uma capacidade de armazenamento muito superior à dos CD e DVD, que estão a cair em desuso.

A venda crescente de novos suportes que permitem efectuar reprodução de obras e que não são abrangidos pela remuneração não é a única causa que justifica a diminuição de cobranças.

A ausência de uma fiscalização permanente e efectiva tem contribuído para que a fraude seja crescente no mercado português.

As alterações legislativas em curso no âmbito da revisão da Lei da Cópia Privada, possibilitarão, assim esperamos, o alargamento do objecto das cobranças.

Em 2012 manteve-se a política de recuperação de crédito definida para 2011, que passou por:

(i) Monitorizar e desenvolver os procedimentos de notificação de entidades devedoras, calendarizados de acordo com os ciclos normais de declaração e facturação;

(ii) Incrementar e controlar os procedimentos contínuos de cobrança de créditos na fase pré-judicial e de cobrança judicial.

Apesar dos progressos alcançados, continuam a ser problemas que urge resolver: a clara insuficiência e inadequação do quadro legal em vigor no que se refere ao regime de responsabilidade, a ausência de mecanismos de aplicação efectiva da Lei por parte da AGECOP e o regime de cobrança e entrega da remuneração, o qual deve ser mais eficiente, claro e responsabilizador. Daqui decorre a impossibilidade de a AGECOP intervir de forma directa para contribuir para a moralização do mercado com meios eficazes e céleres, restando-nos a alternativa de agir judicialmente.

No que respeita ao Departamento de Reprografia, os dados de cobrança referentes a 2012 revelam uma facturação de € 27.332,71 e recebimentos de € 37.337,87. Os dados comparativos de facturação e recebimentos encontram-se melhor detalhados no anexo 3.

De facto, o quadro legal da cópia privada na área da Reprografia é adverso à tutela dos interesses dos titulares de direitos, já que prevê um falso sistema duplo de remuneração: falso porque prevê uma tarifa de 3% sobre os equipamentos que não é aplicável, pois os aparelhos que permitem fotocopiar ou por qualquer outra forma reproduzir obras protegidas não têm a tecnologia analógica requerida por Lei; e também porque a tarifa que incide sobre os operadores do mercado (3% do preço de venda sem IVA de uma fotocópia, o que equivale a cerca de € 0,0012) transforma a cobrança numa fonte de custos e não de receitas. Acresce que o método de cobrança, que implica calcular a remuneração devida com base no número de cópias declarado pelos operadores de mercado sem possibilidade de controlo efectivo, aumenta a ineficiência da cobrança e desencadeia situações como as de centros de cópias que pagam quantias inferiores a um euro por ano.

Não obstante, desde 2006 foram já celebrados mais de três centenas de protocolos com centros de cópias, bibliotecas públicas, ordens profissionais e arquivos públicos. Destes, apenas cerca de 250 se encontraram activos e em pagamento no ano de 2012. Os esforços desenvolvidos em 2011 e 2012 foram determinantes para o crescimento desta feita não só da cobrança como também da facturação.

Todos estes factores demonstram que a Lei em vigor é claramente insuficiente e inadequada, causando prejuízos aos titulares de direitos que assim são coarctados do seu direito à remuneração pela reprodução que é feita das suas obras e edições. A actualização do elenco de suportes e aparelhos abrangidos é imperativa para a conformidade da Lei nacional com a Convenção de Berna e com a Directiva 2001/29/CE: para que exista excepção ao direito exclusivo de reprodução por via da cópia privada é necessário compensar os titulares de direitos, atribuindo-lhes uma remuneração equitativa. Sem que tal suceda, a violação da regra dos três passos é flagrante e constitui um desincentivo à criação e à cultura nacional.

II. Alteração da Lei

Na sequência do trabalho desenvolvido no âmbito dos Departamentos, sob a coordenação e supervisão da Direcção, foi apresentada em 2008 ao Ministro da Cultura, ao Ministro dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares e à 13.ª Comissão de Assuntos Parlamentares uma proposta de alteração da Lei na globalidade, devidamente fundamentada na experiência resultante do trabalho desenvolvido pela AGECOP nestes últimos anos e revista em 2009 quanto a aspectos procedimentais relevantes.

Ambos os Departamentos têm um objectivo comum e uma missão essencial: pugnar pela alteração do quadro legal vigente para o instituto da cópia privada, para que efectivamente permita ressarcir os titulares de direitos pelos danos que lhes são causados e que se adeqúe às previsões dos instrumentos legislativos internacionais.

Em 2010 foi reforçada a regularidade dos contactos com as entidades responsáveis pela alteração da Lei. Ao nível do Governo, através de audiências com a Ministra da Cultura e o Ministro dos Assuntos Parlamentares, e com membros dos respectivos Gabinetes, com representantes do Gabinete do Direito de Autor e do GPEARI, do gabinete do Secretário de Estado da Inovação – Plano Tecnológico; ao nível da Assembleia da República, através de reuniões com representantes dos Grupos Parlamentares e de uma audiência com o Presidente da 13.ª Comissão.

Durante o ano 2011 tais esforços foram intensificados, tendo no primeiro trimestre do ano, sido apresentado um projecto de Proposta de Lei por parte do então Ministério da Cultura. Lamentavelmente, e apesar de todos os esforços e alertas formulados pela AGECOP, a proposta não chegou a ser formalmente apresentada na anterior legislatura.

No início de 2012, foi esse projecto retomado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, agora sob a forma de Projecto Lei, projecto esse que após vicissitudes várias – que por serem públicas, nos dispensamos de enumerar – acabou por ser retirado, pelos proponentes, sem qualquer votação, o que lamentamos, embora se reconheça que uma proposta apresentada em semelhantes condições dificilmente poderia estar destinada a transformar-se em Lei.

Temos assim que, apesar dos esforços concertados da AGECOP e dos seus associados, das inúmeras reuniões havidas - designadamente Secretaria de Estado da Cultura, Ministério da Economia, todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, bem como audições nas respectivas Comissões - da informação veiculada e dos elementos e dados objectivos apresentados, continua a não existir, em Portugal, um regime eficiente, justo e equitativo de remuneração pela cópia privada.

No momento em que está a ser redigido o presente relatório, a Direcção da AGECOP aguarda que o projecto entretanto apresentado ao Conselho Nacional de Cultura pela SEC e já objecto de comentários conjuntos formulados pela AGECOP e pelas associadas que a eles entenderam aderir, faça o seu percurso legislativo e, após aprovação em Conselho de Ministros dê formalmente entrada na Assembleia da República até ao fim do mês de Março.

Antecipando tal discussão parlamentar, a Direcção da AGECOP está actualmente a desenvolver de novo contactos com os Grupos Parlamentares e Comissões envolvidas.

Paralelamente e salvaguardando a eventualidade – que não se espera, nem deseja tendo em conta os compromissos assumidos pelo titular da respectiva área governamental – a Direcção da AGECOP está já a desenvolver todas as diligências preliminares com vista a responsabilizar o Estado Português pelo incumprimento das suas obrigações face ao direito da União Europeia.

III. Distribuição

Em Junho foi feita a distribuição das quantias cobradas entre Novembro de 2011 a Junho de 2012, conforme os mapas de distribuição aprovados pela Direcção, e dos juros das aplicações financeiras efectuadas.

Foi posta à disposição dos nossos associados a quantia total de € 613.427,40, e de acordo com as proporções estabelecidas na Lei e com os acordos concluídos para a percentagem conjunta dos produtores:

✓ SPA	€ 245.370,86
✓ GDA	€ 184.028,22
✓ GEDIPE	€ 97.682,18
✓ AUDIOGEST	€ 86.346,04

Os associados receberam a quantia de € 382.999,83 em 2012.

O valor de € 230.427,57 transitou para 2013 por decisão dos associados.

IV. Fundo cultural

Durante o ano de 2012, a AGECOP limitou-se a concluir, dentro do orçamento do ano anterior, a 3ª edição do Concurso Grande © e a 1ª edição do Pequeno Grande © e, de acordo com o deliberado pelos associados na última Assembleia-Geral ordinária, foram estas iniciativas suspensas por não estarem reunidas as condições necessárias à sua prossecução.

O total de gastos do fundo cultural no âmbito da AGECOP para conclusão das iniciativas atrás referidas ascendeu a € 76.705,88.

V. Custos de funcionamento

A cobrança global da AGECOP em 2012 foi de € 1.217.082,07 brutos, equivalentes a € 973.665,66, depois de efectuada a dedução de 20% para o fundo cultural imposta pela Lei.

- o Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual foi responsável por € 1.179.744,20, quantia que representa 96,9% da receita global;
- o Departamento de Reprografia gerou apenas € 37.337,87 da receita global, representando 3,1% da mesma;
- os custos de funcionamento totais são de € 205.588,21;
- o Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual deve suportar 96,9% dos mesmos, o que equivale a € 199.281,13. Foi retida na distribuição de 2012 a quantia orçamentada para custos totais, no valor de € 220.475,42;
- o Departamento de Reprografia deve suportar 3,1% dos mesmos, o que corresponde a € 6.307,08, cabendo a cada associado a quantia de € 1.576,77.

VI. Contabilidade e fiscalidade

A situação contabilística e fiscal da Associação está regularizada, não existindo quaisquer dívidas à Administração Fiscal.

As obrigações declarativas têm sido cumpridas, nos termos definidos pelo Revisor Oficial de Contas, não existindo qualquer irregularidade.

A contabilidade está organizada de acordo com o princípio da existência de centros de imputação de custos, apresentando assim maior rigor para o controlo da gestão.

Na sequência de notificação em Dezembro de 2010 pela Direcção Geral de Contribuição e Impostos do indeferimento do pedido de isenção de IRC formulado em 2002 (muito embora a AGECOP tenha no seu estatuto fiscal a informação de isenção definitiva), foi apresentada reclamação desta decisão, devidamente fundamentada e instruída com todos os documentos relevantes, nos primeiros dias de Janeiro de 2011.

Foi apresentado recurso hierárquico tendo a Administração tributária mantido a decisão inicial.

Não tendo sido dado provimento a tal reclamação, a AGECOP interpôs o competente recurso judicial, estando o processo a decorrer no Tribunal competente. Até à data não recaiu qualquer decisão sobre o processo.

Em matéria de IVA, a alteração ao n.º 16 do artigo 9.º do CIVA, efetuada através do Orçamento de Estado para 2012, lançou a AGECOP e a gestão colectiva em geral, num caos, motivado por dúvidas interpretativas motivadas pela forma como foi alterada a norma.

Perante esta situação, a AGECOP apresentou um pedido de parecer vinculativo aos serviços de IVA, na resposta ao qual, a Administração Fiscal considera que a cobrança da compensação equitativa devida pela excepção da Cópia Privada não representa a contraprestação de qualquer operação tributável a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º do CIVA.

VII. Resultados

Nos termos do balanço e dos demais documentos que evidenciam a situação contabilística da Associação, os resultados do presente exercício equivalem a zero, pelo que não se efectua qualquer proposta de aplicação de resultados.

VIII. Agradecimentos

A Direcção agradece a todos os funcionários e colaboradores por todo o seu empenhamento e dedicação, bem como aos membros dos restantes órgãos sociais que acompanharam em permanência a actividade da AGECOP.

Importa ainda agradecer a todos os Associados por todo o suporte e empenhamento que evidenciaram em todas as ocasiões, nomeadamente nos contributos para a nova Lei da Cópia Privada.

IX. Nota final

A Direcção entende salientar, que a partir de 1 de Fevereiro de 2013 ocorreu a substituição do representante da APEL, Miguel Freitas da Costa, por José Miguel Prata de Oliveira.

Lisboa, 11 de Março de 2013

A Direcção

SPA	APEL	AUDIOGEST
(João David Nunes)	(Prata de Oliveira)	(Miguel Carretas)

ANEXO 1 - Análise dos suportes declarados de 2005 a 2012

SUPORTES DECLARADOS 2005-2012 - Quadro 1

Referência								
CD 8	-	20.969,00	40.128,00	32.674,00	19.966,00	1.429,00	2.250,00	1.450,00	118.766,00
CD 8 cm	77.942,00	54.093,00	5.889,00	2.858,00	-	405,00	290,00	35,00	141.506,00
CD R data	-	-	-	-	-	57.190,00	864.969,00	943.417,00	1.865.576,00
CD R data	46.160.170,00	37.464.204,00	7.242.301,00	10.351.454,00	593.141,00	601.617,00			102.412.887,00
CD R áudio	1.080.992,00	840.744,00	181.035,00	132.138,00	5.198,00	5.921,00	4.374,00	3.844,00	2.255.186,00
CDR Audio	-	170.148,00	226.622,00	177.759,00	138.252,00	61.055,00	66.838,00	72.781,00	913.455,00
CD RW Data	-	10.354.966,00	27.590.957,00	18.489.957,00	18.683.670,00	10.896.314,00	7.548.349,00	6.554.679,00	100.064.872,00
CD RW áudio	1.162.182,00	971.597,00	305.794,00	191.916,00	9.700,00	9.688,00	21.601,00	14.740,00	2.687.219,00
CDRw Audio	28.597,00	4.739,00	5,00	1.002,00	110,00	137,00	144,00		34.734,00
CDRw Data	-	8.811,00	2.914,00	1.067,00	999,00	1.264,00	471,00	470,00	15.996,00
DVD R	-	374.689,00	797.695,00	393.265,00	1.544.311,00	280.704,00	359.833,00	58.179,00	3.788.677,00
DVD RAM	20.119.908,00	19.937.425,00	7.694.597,00	7.803.509,00	2.969.474,00	672.838,00	788.886,00	721.365,00	60.508.002,00
DVDR	23.773,00	4.002,00	1.985,00	1.693,00	1.555,00	798,00	386,00	659,00	34.791,00
DVDRw	-	6.431.405,00	18.136.920,00	14.168.519,00	13.942.147,00	9.301.075,00	6.784.406,00	4.395.350,00	73.159.822,00
DVDRw	-	368.815,00	838.582,00	545.970,00	606.124,00	343.884,00	304.011,00	255.019,00	3.262.405,00
DVD RW	-	-	-	-	-	8.545,00	19.481,00	21.710,00	49.736,00
DVD RW	672.803,00	763.103,00	173.391,00	373.117,00	42.325,00	13.492,00			2.038.231,00
Total	69.326.307,00	77.770.610,00	63.238.810,00	52.416.818,00	38.556.971,00	22.236.357,00	16.762.289,00	13.043.698,00	353.351.861,00

RESUMO SUPORTES DECLARADOS À AGECOP (UNIDADES) - Quadro 2

Referência							
CD R	47.319.044,00	48.906.024,00	35.286.925,00	29.136.820,00	19.440.227,00	11.623.991,00	8.483.070,00	7.576.206,00
CD RW	1.190.779,00	1.359.836,00	1.106.409,00	587.250,00	1.555.120,00	271.794,00	382.049,00	73.389,00
DVD R	20.143.681,00	26.372.832,00	25.833.502,00	21.773.581,00	16.913.176,00	9.974.711,00	7.573.678,00	5.117.374,00
DVD RW	672.803,00	1.131.918,00	1.011.973,00	919.087,00	648.449,00	365.921,00	323.492,00	276.729,00
TOTAL	69.326.307,00	77.770.610,00	63.238.810,00	52.416.818,00	38.556.972,00	22.236.357,00	16.762.289,00	13.043.698,00

SUPORTES VENDIDOS GFK (UNIDADES) - Quadro 3

CD R	40.324.236,00	34.552.330,00	29.699.681,00	22.372.027,00	18.191.961,00	13.570.403,00	sem informação	sem informação
CD RW	970.217,00	1.108.107,00	1.029.243,00	574.339,00	388.130,00	305.529,00	sem informação	sem informação
DVD R	17.827.892,00	22.870.484,00	25.178.148,00	22.114.873,00	19.443.407,00	16.334.769,00	sem informação	sem informação
DVD RW	528.066,00	972.648,00	1.144.463,00	999.982,00	704.219,00	604.944,00	sem informação	sem informação

RATIO COBRANÇA % (QUANTIDADES DECLARADAS VS. MERCADO) - Quadro 4

CD R	117,35	141,54	118,84	130,24	106,86	85,66	sem informação	sem informação
CD RW	122,73	123,27	107,50	102,25	400,67	88,96	sem informação	sem informação
DVD R	112,99	115,31	102,60	98,46	86,99	61,06	sem informação	sem informação
DVD RW	127,41	116,38	88,42	91,91	92,08	60,49	sem informação	sem informação

ANEXO 2 - Facturação e recebimentos - Audiovisual

Períodos	Facturado				Recebimentos				Valores a receber de clientes	Ratio de cobrança %
	Ate 2010	2011	2012	Total	Ate 2010	2011	2012	Total		
Até ao 2.º trimestre 2006 1)	9.655.706,54		53.196,40	9.708.902,94	9.655.706,54		53.106,23	9.708.812,77	90,17	100,00
2.º trimestre de 2006	1.152.591,76		16,5	1.152.608,26	1.120.334,95	17.399,70	14.924,11	1.152.658,76	-50,50	100,00
3.º trimestre de 2006	1.728.905,23			1.728.905,23	1.438.248,22	12.755,01		1.451.003,23	277.902,00	83,93
4.º trimestre de 2006	1.684.712,62		68,25	1.684.780,87	1.610.533,86	28.793,35	63,00	1.639.390,21	45.390,66	97,31
1.º trimestre de 2007	1.623.323,28		46,13	1.623.369,41	1.623.353,28	-90,00		1.623.263,28	106,13	99,99
2.º trimestre de 2007	1.388.976,40		25,86	1.389.002,26	1.371.980,35	810,86		1.372.791,21	16.211,05	98,83
3.º trimestre de 2007	1.341.750,48		6,56	1.341.757,04	1.334.174,83			1.334.174,83	7.582,21	99,43
4.º trimestre de 2007	1.483.909,90		4,86	1.483.914,76	1.480.348,51			1.480.348,51	3.566,25	99,76
1.º trimestre de 2008	1.105.775,66	-5.327,10	47,26	1.100.495,82	1.098.248,85		1.621,11	1.099.869,96	625,86	99,94
2.º trimestre de 2008	932.714,99		61,11	932.776,10	913.352,89		13.923,77	927.276,66	5.499,44	99,41
3.º trimestre de 2008	983.372,52	1.352,20	12.039,68	996.764,40	983.372,52	907,98	444,22	984.724,72	12.039,68	98,79
4.º trimestre de 2008	1.193.669,15	2.531,55	31.728,44	1.227.929,14	1.170.011,10	2.007,44	532,11	1.172.550,65	55.378,49	95,49
1.º trimestre de 2009	972.919,14	1.969,75	14.117,40	989.006,29	941.456,56	1.394,39	1.695,36	944.546,31	44.459,98	95,50
2.º trimestre de 2009	736.374,39	836,96	29.471,86	766.683,21	705.754,79	9,20	880,26	706.644,25	60.038,96	92,17
3.º trimestre de 2009	838.376,23	1.748,89	21.442,34	861.567,46	582.740,66	181.801,25	47.233,86	811.775,77	49.791,69	94,22
4.º trimestre de 2009	595.190,74	1.912,16	23.596,89	620.699,79	429.672,15	129.813,24	17.746,35	577.231,74	43.468,05	93,00
1.º trimestre de 2010	758.077,68	2.490,78	6.489,72	767.058,18	581.518,58	134.018,18	37.673,19	753.209,95	13.848,23	98,19
2.º trimestre de 2010	519.044,71	15.937,73	1.841,97	536.824,41	399.030,29	134.381,17	1.705,01	535.116,47	1.707,94	99,68
3.º trimestre de 2010	315.591,42	143.292,39	3.482,59	462.366,40	283.069,40	172.677,94	686,49	456.433,83	5.932,57	98,72
4.º trimestre de 2010		474.881,40	3.992,94	478.874,34		476.854,35	708,54	477.562,89	1.311,45	99,73
1.º trimestre de 2011		341.015,07	5.344,22	346.359,29		340.387,83	1.912,52	342.300,35	4.058,94	98,83
2.º trimestre de 2011		318.377,02	2.115,06	320.492,08		317.578,69	1.236,00	318.814,69	1.677,39	99,48
3.º trimestre de 2011		359.089,95	5.409,25	364.499,20		340.891,82	15.452,65	356.344,47	8.154,73	97,76
4º trimestre de 2011			315.585,56	315.585,56			312.703,11	312.703,11	2.882,45	99,09
1º trimestre de 2012			272.818,51	272.818,51			272.254,71	272.254,71	563,80	99,79
2º trimestre de 2012			214.511,55	214.511,55			212.790,38	212.790,38	1.721,17	99,20
3º trimestre de 2012			241.218,30	241.218,30			169.790,92	169.790,92	71.427,38	70,39
Juros de mora	19.950,22	12.262,97	660,30	32.873,49	19.950,22	12.262,97	660,30	32.873,49	0,00	100,00
Total	**29.030.933,06**	**1.672.371,72**	**1.259.339,51**	**31.962.644,29**	**27.742.858,55**	**2.304.655,37**	**1.179.744,20**	**31.227.258,12**	**735.386,17**	**96,74**

1) Inclui a quantia de 51.274,33 euros recebida da EMTEC, em resultado do apuramento da sua massa insolvente.

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 496 605 - Fax 218 496 607 - Cont. 505 163 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

ANEXO 3 - Valores facturados a recebidos em 2012

FACTURADO

Facturado DCSA Jan-Dez 2012

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
Juros de Mora	333,39	222,62	104,29	0,00	0,00								660,30
Nota de Débito	0,00	0,00	302.212,50	244.335,55	175.213,85	11.453,87	170.694,41	5.104,11	38.532,78	159.873,54	79.853,39	20.130,88	1.207.404,88
Total	**333,39**	**222,62**	**302.316,79**	**244.335,55**	**175.213,85**	**11.453,87**	**170.694,41**	**5.104,11**	**38.532,78**	**159.873,54**	**79.853,39**	**20.130,88**	**1.208.065,18**

Facturado RPG Jan-Dez 2012

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
Juros de Mora			141,16	0,00	0,00						42,32		183,48
Nota Débito TA			1.715,84	4.314,65	2.220,38	13.939,61	1.851,21	385,72	397,27	1.093,76	2.207,34	-976,45	27.149,23
Total	**0,00**	**0,00**	**1.857,00**	**4.314,65**	**2.220,38**	**13.939,61**	**1.851,21**	**385,72**	**397,27**	**1.093,76**	**2.249,66**	**-976,45**	**27.332,71**

Total facturado	**333,39**	**222,62**	**304.173,79**	**248.650,20**	**177.434,23**	**25.393,48**	**172.545,62**	**5.489,83**	**38.930,05**	**160.967,30**	**82.103,05**	**19.154,43**	**1.235.397,89**

RECEBIDO

Recebido DCSA Jan-Dez 2012

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
Total Recebido	53.846,07	36.119,42	58.660,74	11.726,04	126.375,57	279.425,35	140.700,35	94.447,01	82.391,86	24.279,20	105.688,30	165.874,29	1.179.744,20

Recebido RPG Jan-Dez 2012

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
Total Recebido	3.860,77	972,57	1.597,01	518,94	4.216,54	10.985,57	3.529,90	6.482,37	1.883,13	920,73	751,21	1.619,13	37.337,87
												(*)	

Total Recebido	**57.706,84**	**37.091,99**	**60.257,75**	**12.244,98**	**130.592,11**	**290.410,92**	**144.230,25**	**100.929,38**	**84.274,99**	**25.199,93**	**106.648,51**	**167.493,42**	**1.217.082,07**

	2012	2011	Var. total 2011	Previsão 2012	Var. Prev.2012%
Facturado DCSA	1.208.065,18	1.672.371,72	-27,76%		
Facturado RPG	27.332,71	16.591,83	64,74%		
Total facturado	**1.235.397,89**	**1.688.963,55**	**-26,85%**	**1.300.000,00**	**-4,97%**
Recebido DCSA	1.179.744,20	2.304.655,37	-48,81%		
Recebido RPG	37.337,87	16.747,72	122,94%		
Total Recebido	**1.217.082,07**	**2.321.403,09**	**-47,57%**		

(*) Recibos de Maio da RPG incluem 8,50 euros pagos a mais por Amade Kassamo Kará e Rogério Costa Claro.

(**) Recibos de Dezembro da RPG incluem 366,79 euros, pagos em duplicado pela Staples, que serão devolvidos em 2013.

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Balanço

2

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-176 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 163 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEBRO DE 2012 *EURO*

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1.415,06	4.328,31
Activos intangíveis	6	5.354,05	5.473,50
		6.769,11	9.801,81
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	10	0,00	781,20
Outras contas a receber	7	744.175,39	674.407,60
Diferimentos		1.263,80	1.700,23
Caixa e depósitos bancários	4	988.635,09	755.693,82
		1.734.074,28	1.432.582,85
Total do activo		1.740.843,39	1.442.384,66
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Dotação inicial	8	2.494,00	2.494,00
Resultados transitados	8	23.395,71	23.395,71
		25.889,71	25.889,71
Resultado líquido do período	8	0,00	0,00
Total do capital próprio		25.889,71	25.889,71
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	7.933,59	8.394,86
Estado e outros entes públicos	10	846,73	536,44
Outras contas a pagar	9	1.706.173,36	1.407.563,65
		1.714.953,68	1.416.494,95
Total do passivo		1.714.953,68	1.416.494,95
Total do capital próprio e do passivo		1.740.843,39	1.442.384,66

Direcção **Técnico Oficial de Contas**

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Demonstração de Resultados por Naturezas 3

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Fornecimentos e serviços externos	12	-251.425,39	-406.356,51
Gastos com o pessoal	13	-22.939,37	-65.594,03
Outros rendimentos e ganhos	11	282.294,09	484.058,52
Outros gastos e perdas		-950,00	-6.048,59
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.979,33	6.059,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-6.979,33	-6.059,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

Direcção

Técnico Oficial de Contas

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de entidades contribuintes:			
Audiovisual		1.179.744,20	2.304.655,37
Reprografia		37.337,87	16.747,72
Pagamentos de direitos		-382.999,83	-1.651.898,65
Disponibilização de fundo cultural - valores entregues		-338.833,69	-150.000,00
Pagamentos a fornecedores		-250.971,98	-422.899,63
Pagamentos ao pessoal		-21.756,77	-76.513,46
Caixa gerada pelas operações		222.519,80	20.091,35
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos relativos à actividade operacional		14.368,10	7.809,78
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		236.887,90	27.901,13
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-457,56	0,00
Activos intangíveis		-3.489,07	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-3.946,63	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		232.941,27	27.901,13
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	755.693,82	727.792,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	988.635,09	755.693,82

Direcção

Técnico Oficial de Contas

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

5

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO CULTURAL

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

EURO

DESCRIÇÃO	2012	2011	2010	2009	2008	2007	Total	%	
Disponibilização de fundo cultural:									
SPA	134.144,80	0,00	707.445,97	0,00	325.534,15	709.328,88	1.876.453,80	40,00%	
GDA	100.608,59	0,00	530.584,48	0,00	244.150,62	531.996,66	1.407.340,35	30,00%	
GEDIPE	184.854,86	150.000,00	0,00	0,00	129.595,15	282.383,82	746.833,83	15,92%	a)
AUDIOGEST	46.338,22	0,00	250.000,00	0,00	114.555,47	249.612,83	660.506,52	14,08%	a)
Totais	**465.946,47**	**150.000,00**	**1.488.030,45**	**0,00**	**813.835,39**	**1.773.322,19**	**4.691.134,50**	**100,00%**	
Juros das aplicações do fundo cultural:									
SPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		b)
GDA	8.063,75	5.521,16	300,83	3.454,17	3.843,00	500,00	21.682,91		
GEDIPE	0,00	17,57	2,62	6.676,90	10.311,19	0,00	17.008,28		
AUDIOGEST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		b)
Totais	**8.063,75**	**5.538,73**	**303,45**	**10.131,07**	**14.154,19**	**500,00**	**38.691,19**		
Utilização de fundo cultural:									
SPA	117.645,00	323.817,50	252.700,00	154.773,67	558.172,80	321.972,85	1.729.081,82		c)
GDA	144.351,82	129.449,48	139.607,18	218.160,26	370.558,15	244.650,58	1.246.777,47		
GEDIPE	70.010,13	150.029,48	1.255,24	297.825,84	117.406,85	12.271,66	648.799,20		
AUDIOGEST	25.549,34	173.964,08	194.231,58	82.888,95	69.865,96	72.350,81	618.850,72		
Totais	**357.556,29**	**777.260,54**	**587.794,00**	**753.648,72**	**1.116.003,76**	**651.245,90**	**4.243.509,21**		
Valores não utilizados:									
SPA							147.371,98		
GDA							182.245,79		
GEDIPE							115.042,91		
AUDIOGEST							41.655,80		
Totais							**486.316,48**		
Em percentagem							**10,28%**		

a) As quantias de 80.774,56 euros de GEDIPE e 46.338,21 euros e AUDIOGEST foram recebidas já em 2013.
b) Informação não disponível.
c) No lectivo 2º semestre de 2012.

Direcção

Técnico Oficial de Contas

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada
Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 466 605 - Fax 218 466 607 - Cont. 505 183 924

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios

6

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 163 994

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2011

EURO

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
			Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2011	1	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
	2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado integral	4=2+3				0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2011	6=1+2+3+5	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71

Direcção

Técnico Oficial de Contas

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 219 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 163 994

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2012

EURO

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
			Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2012	6	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
	7		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Integral	9=7+8				0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
	10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2012	6+7+8+10	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71

Direcção

Técnico Oficial de Contas

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º G - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Anexo às Demonstrações Financeiras

7

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 163 994

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2012

1. **Identificação da entidade:**

1 – Designação da entidade:	AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
2 – Sede:	Avenida Estados Unidos da América, 94, 7º B, freguesia de Alvalade, em Lisboa
3 – Natureza da actividade:	A cobrança e gestão das quantias previstas no artigo 82.º do Código do Autor e dos Direitos Conexos regulado pela Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro

A associação tem o número de pessoa colectiva 505.183.994.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2012.

2. **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de Julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

2

3. **Principais políticas contabilísticas:**

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou actual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da Associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	3 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros activos fixos tangíveis	8 anos

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Impostos sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta de impostos sobre lucros, nos termos do artigo 10.º do Código do IRC.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efectuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objectivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direcção considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores.

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. **Fluxos de caixa:**

4.1 – Comentário da Direcção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Numerário	178,86	173,32
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	172.447,71	654.899,03
Outras disponibilidades	816.008,52	100.621,47
Caixa e seus equivalentes	**988.635,09**	**755.693,82**
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	**988.635,09**	**755.693,82**
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	**0,00**	**0,00**

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

5. Activos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de activos fixos tangíveis:

Saldo inicial:				
Valor de aquisição	2.820,00	24.744,21	2.845,92	30.410,13
Depreciação acumulada	-2.820,00	-21.127,38	-2.134,44	-26.081,82
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	**0,00**	**3.616,83**	**711,48**	**4.328,31**
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	457,56	0,00	457,56
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-3.015,07	-355,74	-3.370,81
Total de movimentos	**0,00**	**-2.557,51**	**-355,74**	**-2.913,25**
Saldo final:				
Valor de aquisição	2.820,00	25.201,77	2.845,92	30.867,69
Depreciação acumulada	-2.820,00	-24.142,45	-2.490,18	-29.452,63
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	**0,00**	**1.059,32**	**355,74**	**1.415,06**

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de activos fixos tangíveis.

7

6. **Activos intangíveis:**

6.1 – Divulgações por cada classe de activos intangíveis:

Saldo inicial:		
Valor de aquisição	8.209,85	8.209,85
Depreciação acumulada	-2.736,35	-2.736,35
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido inicial	**5.473,50**	**5.473,50**
Movimentos do ano:		
Aquisições	3.489,07	3.489,07
Alienações	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-3.608,52	-3.608,52
Imparidade do exercício	0,00	0,00
Total de movimentos	**-119,45**	**-119,45**
Saldo final:		
Valor de aquisição	11.698,92	11.698,92
Depreciação acumulada	-6.344,87	-6.344,87
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido final	**5.354,05**	**5.354,05**

Os activos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos. Foram transferidos de activos tangíveis em curso.

7. **Outras contas a receber:**

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

O detalhe das outras contas a receber apresenta-se como segue:

Entidades reprografia	7.688,89	17.694,35
Entidades audiovisual	735.386,17	655.790,86
Outros devedores	1.100,33	922,39
	744.175,39	**674.407,60**
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	**744.175,39**	**674.407,60**

A Associação entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

8. Capital Próprio:

A variação ocorrida, nos anos de 2011 e 2012, no Capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no Capital Próprio.

9. Fornecedores e outras contas a pagar:

9.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Fornecedores conta corrente	7.933,59	8.394,86
Total	**7.933,59**	**8.394,86**

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

A rubrica de outras contas a pagar apresenta-se como segue:

Credores por acréscimos	4.067,91	3.498,55
	4.067,91	**3.498,55**
Outros credores:		
Remunerações devidas	743.450,92	673.485,48
Direitos a distribuir	764.800,16	371.296,24
Juros a distribuir	17.618,26	11.065,53
Fundo cultural	175.245,89	347.227,73
Outros	990,22	990,12
	1.702.105,45	**1.404.065,10**
Total	**1.706.173,36**	**1.407.563,65**

10. <u>Estado e outros entes públicos</u>:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenções de Imposto sobre o rendimento	0,00	473,94	0,00	536,44
Contribuições para a Segurança Social	0,00	372,79	781,20	0,00
Total	**0,00**	**846,73**	**781,20**	**536,44**

11. <u>Rédito</u>:

11.1 – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor dos outros rendimentos e ganhos.

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

11.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Outros rendimentos e ganhos:		
Dedução de custos de funcionamento (*)	205.588,21	237.105,31
Fundo Cultural	76.705,88	246.953,21
Total de outros rendimentos e ganhos	**282.294,09**	**484.058,52**

(*) Nos termos do n.º 2 do Artigo 7.º da Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto.

12. **Fornecimentos e serviços externos:**

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Subcontratos	123.568,88	268.113,10
Trabalhos especializados	75.271,47	54.711,83
Honorários	20.567,66	26.202,50
Rendas e alugueres	16.830,66	16.528,68
Deslocações e estadas	5.863,89	3.743,91
Comunicação	2.960,81	9.333,39
Limpeza, higiene e conforto	2.118,54	1.512,02
Material de escritório	875,63	1.610,27
Diversos	3.367,85	24.600,81
Total	**251.425,39**	**406.356,51**

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

13. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Remunerações	17.278,32	51.581,98
Encargos sobre remunerações	4.353,66	8.576,32
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	277,72	1.352,31
Outros gastos com o pessoal	0,00	4.083,42
Total	**22.939,37**	**65.594,03**

Durante o exercício de 2012, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 1 funcionário.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

14. Acontecimentos após a data do balanço:

14.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

14.2 – Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direcção

Técnico Oficial de Contas

AGECOP
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Certificação Legal das Contas 8

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 606 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 1.740.843 euros e um total de capital próprio de 25.890 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da direcção com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada em 31 de Dezembro de 2012 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a Informação constante do relatório da direcção é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2013

FLORIANO TOCHA, PAULO CHAVES & ASSOCIADO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 9

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados da,
AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
Lisboa

Em cumprimento da alínea b) artigo 17.º dos Estatutos da Associação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa acção fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório e contas apresentados pela Direcção relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da vossa Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direcção quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal, no âmbito da apreciação do relatório e contas referente ao exercício de 2012 apresentado pela Direcção, vigiou a observância da lei e dos estatutos, efectuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adoptados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Direcção, o qual traduz, de modo adequado, a actividade, evolução e a situação da vossa Associação.

O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas FLORIANO TOCHA, PAULO CHAVES & ASSOCIADO decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efectuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Direcção deve ser aprovado.
2. As Contas apresentadas pela Direcção devem ser aprovadas.
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direcção deve ser aprovada.

Lisboa, 15 de Março de 2013

O CONSELHO FISCAL

GDA – Cooperativa para a Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, representada por Dr.ª Teresa Oliveira - Presidente

GESTAUTOR – Associação de Gestão Colectiva de Direito de Autor, representada por Dr.ª Adelaide Menezes Leitão - Vogal

FLORIANO TOCHA, PAULO CHAVES & ASSOCIADO - SROC, representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal